

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

**OCUPAÇÃO ANTRÓPICA IRREGULAR DE UM ESPAÇO URBANO A
PARTIR DE UMA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP**

CURITIBA – PR

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE AMBIENTAL

CARLA DAVILA

**OCUPAÇÃO ANTRÓPICA IRREGULAR DE UM ESPAÇO URBANO A
PARTIR DE UMA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP**

CURITIBA – PR

2012

SUMÁRIO

RESUMO	02
ABSTRACT	03
1. INTRODUÇÃO	03
2. ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	05
3. MEIO AMBIENTE	06
3.1 O Meio Ambiente em Curitiba/Pr	11
4. ÁREA DE OCUPAÇÃO IRREGULAR – JARDIM UNIÃO – CURITIBA/PR	12
5. CONCLUSÃO	17
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18

OCUPAÇÃO ANTRÓPICA IRREGULAR DE UM ESPAÇO URBANO A PARTIR DE UMA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP

Carla Davila¹

RESUMO

A análise de uma ocupação irregular de um espaço urbano pode auxiliar na avaliação das atividades antrópicas que interferem no meio ambiente, pois a mudança da paisagem é drástica, havendo uma perturbação do ecossistema. Nesse contexto destaca-se a pesquisa desenvolvida no Jardim União, localizado no Bairro Uberaba, na Cidade de Curitiba, Paraná, tendo como objetivo analisar o histórico do uso e ocupação da Área de Preservação Permanente - APP. Essa caracterização foi realizada a partir de análises de dados, entre os anos de 1998 a 2010, fornecidos pela Associação de Moradores do Jardim União. A recuperação dessas áreas era uma exigência da legislação ambiental, mas a partir de 2004, com a mudança do Código Florestal Brasileiro, essas áreas puderam dar início à regularização. Este estudo aborda o desenrolar de processos para o projeto de um espaço urbano, para que os moradores possam ter acesso a transporte, saúde e saneamento básico. A análise mostra que embora a área fosse de Preservação Permanente, e a ocupação seja feita de forma irregular, a comunidade que ali vive, mesmo sem muita informação, representada pela Associação de Moradores, tenta caminhar para o progresso, observando a responsabilidade social e ambiental.

Palavras-chave: ocupação irregular; atividades antrópicas; Associação de Moradores; Área de Preservação Permanente.

¹ Pós Graduada em Análise Ambiental (UFPR) e graduada em Ciências Biológicas (UNIPAR). E-mail: carladavila86@hotmail.com

ABSTRACT

The analysis of an irregular occupation of urban space can assist in the evaluation of human activities that affect the environment, because the landscape is changing dramatically, with a disturbance of the ecosystem. In this context highlights the research developed in the Jardim União, located in Uberaba neighborhood in the city of Curitiba, Paraná, aiming to analyze the history of the use and occupation of Area of Permanent Preservation - APP. This characterization was made from data analysis, between the years 1998 to 2010, provided by the Association of Residents of the Jardim União. The recovery of these areas was a requirement of environmental legislation, but from 2004, with the change of the Code Brazilian Forest, these areas could begin regularization. This study approaches the development of processes for the project of an urban space, so that residents can have access to transportation, health and sanitation. The analysis shows that, although the area was permanent preservation and occupancy is made irregularly, the community living there, even without a lot of information, represented by the Residents Association, attempts to step to the progress by looking at social and environmental responsibility.

Keywords: occupation irregular, anthropogenic activities; Residents Association; Permanent Preservation Area.

1 INTRODUÇÃO

A condição atual em que se encontra o meio físico é, em parte, resultante das formas de ocupação do meio pela sociedade, onde ações antrópicas interferiram na evolução natural da área. Assim, a análise e histórico da ocupação de uma área de Preservação Permanente - APP à área de construção urbana irregular (ocupação recente) é interessante para verificar a diferença na caracterização do ambiente e os

avanços que a sociedade organizada consegue alcançar, verificando a conscientização dos moradores que ali vivem atualmente para a questão ambiental.

Sendo realizada uma caracterização apenas do meio físico existente hoje no local, essa pode ser entendida de forma integrada. Nesse contexto, encontra-se o Jardim União, pertencente ao bairro Uberaba, localizado na região Leste de Curitiba, capital do Paraná. A região em foco estava inserida em uma APP e, para que se fosse possível a construção urbana, foi necessária uma acelerada degradação dos recursos naturais nos últimos 13 anos, o que logo foi impulsionado para o crescimento, ocasionando para a floresta o acelerado desmatamento e para a comunidade o avanço de recursos necessários para ali se viver.

Diante da correlação existente entre o Jardim União e a degradação de uma área de preservação, fez-se um estudo relacionado aos avanços que esses moradores tiveram no local, e como a sociedade, apoiado ao poder legislativo, define hoje, tal área de ocupação irregular.

O objetivo central do estudo foi realizar a análise da ocupação de uma APP, para a construção de uma comunidade que hoje pertence à malha urbana de uma capital, com fatos históricos das atividades antrópicas relevantes datados de 1998 a 2011, por meio de uma caracterização relatada pela Associação de Moradores e pessoas que ali residem desde a ocupação do local.

Para tanto, fazem parte deste artigo capítulos e sub-capítulo, sendo que primeiro discorreu-se sobre o tema Área de Preservação Permanente, baseando-se no Código Florestal e em suas alterações, no que diz respeito a regularização de uma ocupação irregular em área de APP.

Posteriormente, se fez referência ao Meio Ambiente, salientando as questões entorno da conscientização de uma comunidade a respeito da Educação Ambiental em seu espaço de residência, com sub-item citando algumas ações realizadas na Cidade de Curitiba/PR.

Assim, pode-se fechar o último capítulo com a narrativa do histórico da implantação dos meios necessários para a possível sobrevivência em um local de ocupação irregular. Sendo também aferido o que se tem feito pela comunidade para sanar os danos causados por essa ocupação ao meio que habitam, considerando as ações importantes desenvolvidas pela comunidade, representada pela associação de moradores.

2 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A formalidade das Áreas de Preservação Permanente - APP iniciou-se com o Código Florestal (Lei nº 4.771/1965), alterado pela Medida Provisória nº 1.511/1996 e reeditado pela Medida Provisória 2.166-67/2001. Neste sentido, o inciso II, do artigo 1º:

Art. 1º [...]

[...]

II - área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

O Código Florestal Brasileiro também se refere aos córregos ou qualquer curso d'água, sendo que esses devem ter uma reserva marginal que será medida a partir do nível mais alto alcançado pela água, por ocasião da cheia sazonal.

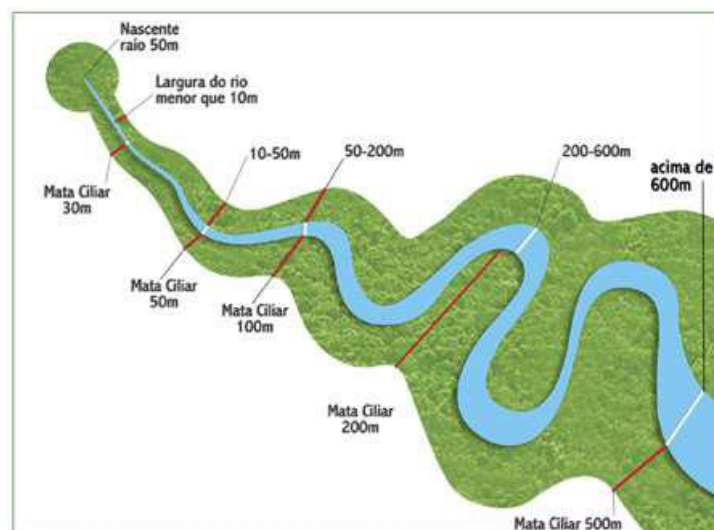


Figura 1: Reserva marginal e largura de córregos e cursos d'água

O § 2º, do artigo 4º, do referido diploma, relacionam-se à supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana. Nesse sentido, dispõe:

Art. 4º [...]

[...]

§ 2º A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico.

Já com relação à imunidade de algumas espécies, dispõe o artigo 7º, do Código Florestal Brasileiro:

Art. 7º. Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes.

No tema de loteamentos e obras em áreas de Preservação Permanente, a Resolução do CONAMA 369/06 aplica-se, juntamente com a Lei nº 6.766/79 (Lei de Parcelamento e Uso do Solo), e suas respectivas alterações: Lei nº 9.785/99 e Lei nº 10.932/04, passando a constar importantes modificações no tratamento de APP e no que se refere ao tema da presente pesquisa. Assim, dispõem o inciso III, do artigo 4º, e o § 3º do mesmo artigo, da Lei nº 6.766/79:

Art. 4º. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

[...]

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;

[...]

§ 3º Se necessária, a reserva de faixa não-edificável vinculada a dutovias será exigida no âmbito do respectivo licenciamento ambiental, observados critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes.

3 MEIO AMBIENTE

A maior parte da sociedade vive como se fosse a última geração. Ao pensarmos na criação de um novo espaço, as prioridades a se estabelecer aos que ali vierem a habitar relacionam-se com a consciência, conhecimento,

comportamento, habilidades e participação, com respeito mútuo em relação às diferenças existentes na comunidade, entre os cidadãos que ali habitam e entre os variados meios. Assim, deve-se levar em consideração as características locais e culturais ambientais, além do tempo em que se vive, já que também, as ideias e conceitos mudam com o tempo.

“A despeito da grande variabilidade das características ambientais de uma dada região para outra, os conceitos básicos a serem considerados nos processos de Educação Ambiental são os mesmos em qualquer lugar” (DIAS, 2004).

A compreensão tradicional das relações entre a sociedade e a natureza desenvolvidas até o século XIX, vinculadas ao processo de produção capitalista, considerava o homem e a natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem (MORAES, 1994).

Todo morador do meio urbano é codependente das atividades agrícolas, ou seja, do meio rural, e são recordistas na degradação do meio em que estabelecem relações. O processo de saída do ambiente rural para o urbano foi intenso e é importante o processo da habitação em um novo espaço, como quando ocorre a exploração de uma nova área tende-se a pensar no novo e buscar novas tecnologias. Então, a importância com a questão da degradação fica distante da importância real.

As cidades são parasitas do ambiente rural, porque produzem pouco ou nenhum alimento, poluem o ar e reciclam pouca ou nenhuma água e materiais inorgânicos. Funcionam simbioticamente quando produzem e exportam mercadorias, serviços, dinheiro e cultura para o meio ambiente rural, em troca do que recebem deste (ODUM, 1985).

As pesquisas sobre o meio procuram tratar da interação existente nos sistemas do meio ambiente natural, como quando era antes de ser habitado, ou antes da inserção de uma nova espécie, por exemplo, ao rever a paisagem natural pode-se observar as alterações encadeadas pelo novo sistema.

“O homem não é uma criatura racional, embora haja quem pense o contrário. Suas atitudes para com a Terra e suas reações ao ambiente têm variado através do tempo e ainda variam entre regiões e culturas” (DREW, 2002).

As causas da degradação ambiental e da crise na relação sociedade/natureza não emergem apenas de fatores conjunturais ou do instinto perverso da humanidade, e as consequências de tal degradação não são consequência apenas do uso indevido dos recursos naturais; são, sim, de um conjunto de variáveis interconectas, derivadas das categorias: capitalismo/ modernidade/ industrialismo/ urbanização/ tecnocracia (LOUREIRO, 2000).

A sociedade contemporânea com suas novas técnicas de industrialização, com o aumento populacional exacerbado e o consumismo, modifica, cada vez mais, sem menos conscientização os recursos naturais em bens de consumo. A criação de resíduos sem as devidas técnicas de reutilização estão transformando o Planeta em um aterro sanitário gigante, assim, a preocupação atual com a questão ambiental, vem sendo positiva para se pensar na resolução de problemas. Com a chegada de habitantes em um ambiente, esse se transforma e as espécies tendem a migrarem, ocorrendo grandes problemas com a competição nesse e em outros ambientes.

As teorias ecológicas ditam que o resultado das interações dessa natureza normalmente se traduz em aumento da competição, estresse, migração ou extinção. Mesmo sabendo da plasticidade que possui o ser humano pela sua natureza *eucultura*, e, conseqüentemente, pelo seu potencial de respostas, os seus requerimentos para a sobrevivência terminam sendo os mesmos da maior parte dos seres vivos (DIAS, 2004).

“Com o surgimento da consciência ambiental, a ciência e a tecnologia passaram a ser questionadas” (MORAES, 1994).

Um grande percentual de localidades por vista de problemas ambientais vem sofrendo graves problemas de saúde pública, já que são necessários para toda a população os Direitos a saneamento básico e à saúde. Alguns municípios não se adéquam a tal questão e os danos se tornam irreversíveis. Para que um sistema caminhe em harmonia são necessários igualitários planos econômicos e sociais, criados por agentes do Poder Público, pois apenas um órgão que atenda uma parcela da população com excelência, não abstrai as necessidades que a outra parcela necessita.

Não se pode compreender uma questão ambiental sem as suas dimensões políticas, econômicas e sociais. Analisar a questão ambiental apenas do ponto de vista “ecológico” seria praticar um reducionismo perigoso, no qual as nossas mazelas sociais (corrupção, incompetência gerencial,

concentração de renda, injustiça social, desemprego, falta de moradias e de escolas para todos, menores abandonados, fome, misérias, violência e outras) não apareceriam (DIAS, 2004).

Onde se opera a tecnologia, adjunta aos modelos sociais de sobrevivência, adquire-se um modelo pré fixado necessário para a construção de um novo espaço, onde o progresso é fator operante, sendo necessário que a vida seja progressiva. Nesse contexto, acabamos por utilizar os recursos naturais, e, como em tudo, uma parte fica com o lucro, normalmente para quem degrada, e os custos são distribuídos a outros, ao meio ambiente.

O modelo de *desenvolvimento econômico* adotado, que visa, apenas, à exploração imediata, contínua e progressiva dos recursos naturais (e das pessoas), cujo lucro do uso predatório vai para as mãos de uma pequena parcela da sociedade [...]. A educação ambiental deverá fomentar processos de participação comunitária que possam, efetivamente, interferir no processo político (DIAS, 2004).

“A maioria das análises e propostas que tratam da problemática ambiental pode ser reduzida a três fatores: depredação dos recursos naturais; poluição por causa dos resíduos; e população excedente/ pobreza” (FALADORI, 1999).

Compreende-se que, para que a vida em um local seja possível, são necessários alguns recursos como a energia elétrica, o saneamento básico, a pavimentação, o transporte. Assim, quanto melhor o projeto urbano, melhor a qualidade de vida das pessoas. Mas, além das questões palpáveis, temos a política da moral e da ética para seguir, regras de convivência com o próximo e com o meio ambiente.

“São fatores limitantes para a humanidade: água, alimentos, moral e ética” (DIAS, 2004).

“No mundo desenvolvido da atualidade, as abordagens para a mudança ambiental oscilam desde “se pode ser feito, faça-se” até a filosofia da “volta à natureza” dos mais extremados ecologistas” (DREW, 2002).

A regulação do Estado, não apenas determinando as regras para a exploração dos recursos naturais, como também tornando públicas propriedades comuns, passou a ser proposta como solução para a contradição entre os interesses individuais de quem explora um determinado recurso e os interesses coletivos de todo o grupo de usuários e da sociedade em geral. Moraes (1985 *apud* DREW, 2002).

O homem quase sempre procurou moldar o ambiente que o cerca e acabou provocando nessas grandes alterações. Tudo o que se constrói, acaba por destruir o que antes vivia no local, com isso tudo muda: o clima, o solo, a vegetação. Tudo acaba se tornando uma reação em cadeia, onde a suscetibilidade à mudança causa modificações involuntárias e um novo equilíbrio dinâmico. Em um novo espaço são construídas casas, as quais estarão substituindo a paisagem local; serão plantadas as gramas, que foram trocados por mata nativa; a água das chuvas não terá mais o mesmo escoamento; as vias pisoteadas pelos moradores irão compactar o solo e diminuir a infiltração; teremos o predomínio de plantas horizontais e, assim, a chuva causará no local a erosão. Esses são exemplos de como o limiar varia o ambiente.

“Alterações prejudiciais ao ambiente, resultantes das atividades humanas, acabam por redundar na atual concepção “ecológica” na qual o homem não passa de um mero componente do ecossistema geográfico” (DREW, 2002).

Hoje, a educação ambiental tenta resgatar a importância das relações entre a sociedade e a natureza. O mundo vem passando por um processo de reorganização e, embora a questão da sustentabilidade, que tanto vem à frente de grandes ecologistas, seja vista como o escape do problema, temos visto que outras mudanças éticas também são de extrema importância.

“Enquanto o desenvolvimento sustentável continuar sendo considerado como a tábua de salvação da humanidade, permanecerão latentes as possibilidades de reais mudanças nas relações entre sociedade e natureza” (LAYRARGUES, 1998, p. 162).

A intensidade de mudança que ocorrem em áreas urbanas é tão acentuada que reflete nos ecossistemas. Sendo formados por matéria viva, alguns locais conseguem imitar o natural, mas alguns são totalmente artificiais. Assim, algumas espécies acabam se adaptando a viver em cidades, normalmente aquelas que se proliferam e causam problemas de saúde pública, se tratando de animais que vivem dos restos de comida que encontram, causando doenças graves à população.

Nos anos 60/70 percebeu-se que os recursos naturais são esgotáveis e que o crescimento sem limites começava a se revelar insustentável. Nesse contexto, emerge a necessidade de se elegerem novos valores e paradigmas capazes de romper com a dicotomia sociedade/natureza Moraes (1985 *apud* DREW, 2002).

3.1 O Meio Ambiente em Curitiba/PR

De acordo com o IBGE/IPPUC (2002), o total de lixo gerado nos centros urbanos, calcula-se que algo entre 35% e 45% do que vai parar nos aterros sanitários, lixões controlados ou lixões a céu aberto, são compostos por materiais que podem ser reaproveitados. As áreas destinadas aos aterros estão escassas, e estatísticas mostram que em 2.050 a montanha de lixo sobre a terra deve chegar a um trilhão e 500 bilhões de toneladas.

O Município de Curitiba, capital do Estado do Paraná, com 318 anos, localizado ao Sul Brasileiro, foi criado e instalado em 29 de março de 1693, desmembrado de Paranaguá. Hoje, a cidade é dividida em 75 bairros, com população descendente de várias etnias. Está localizado entre as coordenadas, 25°24'40 "S, e 49°96'23" W, apresenta altitude média de 934,6 metros e possui uma área de 432,17 Km².

Antes, o Município de Curitiba e Região Metropolitana dispunham seus Resíduos Sólidos Urbanos, por um período de seis meses, na Lamenha Pequena, no CIC (Cidade Industrial de Curitiba), e em São José dos Pinhais, locais que hoje funcionam Aterros controlados. Em 20 de novembro de 1989, iniciou-se a operação no aterro da Cachimba, localizado entre os municípios de Araucária e Fazenda Rio Grande, possuindo uma área de destinação do lixo de 237.000 m². Quando em funcionamento, recebia resíduos sólidos, de Curitiba e mais 14 municípios da Região Metropolitana.

Na cidade de Curitiba está instalada a Usina de Valorização de Rejeitos (UVR), administrada pelo IPCC, Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, que foi criada para triagem e comercialização dos resíduos reaproveitáveis coletados no programa "Lixo que não é Lixo", da prefeitura da Cidade, contando com mais de 70 funcionários para a triagem.

Em alguns locais, a quantidade de quilos de lixo reciclado é enorme que acaba por amenizar a problemática do aterro sanitário, gerando para este mais dias úteis em área para o material orgânico. Com a venda do material reciclado prensado, o IPCC compra materiais para serem distribuídos a instituições sociais que desenvolvem programas no município.

O reaproveitamento dos produtos separados na usina evita o corte de algumas mil árvores e ainda são recolhidos objetos, como livros, que são destinados a uma biblioteca e um museu que são abertos a visitação pública, onde acontecem projetos de Educação Ambiental para sensibilização dos visitantes.

Os carrinheiros de Curitiba conseguem retirar quase o dobro de material reciclado das ruas, em relação a própria prefeitura, cerca de 370 toneladas de lixo reciclável por dia, suficiente para movimentar cerca de R\$ 780 mil por mês.

Segundo a prefeitura de Curitiba, eles são 5 mil associados. Porém, existem também os catadores informais, que não são filiados a nenhuma associação. Segundo as estimativas da Secretaria Municipal do Meio ambiente, existe cerca de 15 mil catadores no total. Eles chegam a caminhar, puxando seus carrinhos, 35 quilômetros todos os dias.

Um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos anos, promovendo significantes transformações no comportamento da sociedade e na organização política e econômica, foi a chamada “revolução ambiental”. Com raízes no final do século XIX, a questão ambiental emergiu após a Segunda Guerra Mundial, promovendo importantes mudanças na visão do mundo. Pela primeira vez a humanidade percebeu que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência. Moraes (1985 *apud* DREW, 2002).

4 ÁREA DE OCUPAÇÃO IRREGULAR – JARDIM UNIÃO – CURITIBA/PR

No município de Curitiba, Estado do Paraná, encontramos o bairro Uberaba, ao qual se divide em: Uberaba de Baixo e Uberaba de Cima. Essas faces são divididas pela Avenida Comendador Franco, também conhecida como Avenida das Torres, sendo o Uberaba de Cima situado ao lado esquerdo e o Uberaba de Baixo ao lado direito, ambos sentido centro-bairro da Avenida das Torres. Dentro dessas divisões os moradores adotaram outras subdivisões de Jardins e Vilas, entre as quais fazem parte o Jardim Santa Barbara, Jardim Centauro, Vila Macedo, Vila São Paulo, Vila Icaraí, Vila Audi União Ferroviária, Jardim União, Lotiguaçu e Jardim Alvorada.

Quando algumas famílias como os Cagliari, Shilipack, Mehl, Daldegan se instalaram no Uberaba, por volta de 1945, o bairro começou sua história. O

crescimento ocorria de forma gradativa e hoje é uma região privilegiada por estar próximo à BR-277, BR-116, BR-376, Avenida das Torres, Avenida Senador Salgado Filho, Avenida do Trabalhador e Linhão do emprego.

Este artigo refere-se ao Jardim União, que como supra citado, pertence ao bairro Uberaba. Essa região hoje estruturalmente urbana pertencia antes da ocupação em outubro de 1998 a uma APP – Área de Preservação Permanente. Somente em 2004, com a mudança do Código Florestal Brasileiro foi regularizada, existindo e se expandindo de forma irregular durante mais de cinco anos.

O inciso XIII e suas alíneas, do artigo 2º, da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303, de 18 de março de 2002, trata então de qualificar como área urbana consolidada, dispondo:

Art 2º [...]

[...]

XIII - área urbana consolidada: aquela que atende aos seguintes critérios:

- a) definição legal pelo poder público;
- b) existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana:
 - 1. malha viária com canalização de águas pluviais,
 - 2. rede de abastecimento de água;
 - 3. rede de esgoto;
 - 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública ;
 - 5. recolhimento de resíduos sólidos urbanos;
 - 6. tratamento de resíduos sólidos urbanos; e
- c) densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km².

Assim, apesar de ser estruturalmente urbano, o Jardim União não atende a todos os requisitos estabelecidos na resolução supra citada.

São utilidades públicas as atividades de segurança nacional e proteção sanitária; obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia; as atividades de pesquisa e extração de substâncias minerais, outorgadas pela autoridade competente, exceto areia, argila, saibro e cascalho; a implantação de área verde pública em área urbana; pesquisa arqueológica; obras públicas para implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados; e implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de afluentes tratados para projetos privados de aquicultura.

Quando a área, onde se encontra hoje o Jardim União foi invadida, somavam-se aproximadamente 300 invasores liderados por 3 chefes. A área ocupada pelo

Jardim União hoje é de aproximadamente 135.000 m² habitados, com 798 lotes de aproximadamente 1098 famílias com 4.400 habitantes. Apesar do pequeno tempo de ocupação, é a mais avançada em pavimentação e planejamento do município, quase 100% já é coberta pela malha asfáltica.

A primeira ação da Associação de Moradores do Jardim União foi conter a invasão desordenada nas margens dos rios, já que desde o início se preocupavam com a questão ambiental. No local foi construído o primeiro canal extravasor do Uberaba e atualmente foram construídos a estruturante, ou seja, a rua que passa sobre os rios, e o dique, responsável pela contenção de cheias do rio Iguaçu. Os rios, perenes, antes formados por curvas que continham a velocidade da água foram transformados para dar forma à paisagem urbana, fator que vem acarretando cheias que prejudicam os moradores.

As extremas mudanças no uso do solo têm influenciado nas alterações da dinâmica fluvial, fornecendo maior volume de vazão e/ou carga excessiva de sedimentos para os rios e canais. [...] Outra forma de degradação do canal relaciona-se à participação direta nos canais, por meio da atividade mineradora (alúvios) e de obras de engenharia, como a canalização, barragens para controle de vazão e construção de pontes e diques artificiais. (CUNHA *et al*, 2005)

Na maioria das vezes, os fatores naturais (topografia, geologia, solos, clima e vegetação) podem iniciar os desequilíbrios que serão agravados pelas atividades humanas na bacia hidrográfica, especialmente pelo manejo inadequado dos solos urbanos e rural. Cunha (2000 *apud* CUNHA *et al*, 2005)

Somente em 2005, depois da regularização deste território, deu-se início à implantação de energia elétrica, de rede de água potável e da extensão da linha de ônibus coletivo. Para a implantação da linha de ônibus foi necessária a parceria da Associação de Moradores, com a Prefeitura Municipal, a qual entrou com a topografia, e a Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB-CT, que cadastravam os moradores com pesquisa sócio econômica e familiar para um programa de loteamento.. Se tratando de uma ocupação irregular, vários foram os problemas encontrados, pois não havia um planejamento urbano por parte dos moradores. Em 2007, para que fosse possível a circulação de ônibus coletivos, foram necessários algumas reformas no local: os postes de iluminação pública foram

erguidos, as estradas foram cobertas por saibro e algumas moradias foram deslocadas.

A Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar ministrou palestras sobre Educação Ambiental à comunidade, onde foram implantados temas como o reuso da água, canais fluviais, economia doméstica, etc.

Apenas em 2009 deu-se início a ligação da rede de esgoto, que hoje se encontra em fase de implantação, com aproximadamente 17.000 ligações e previsão para término das obras em 2012.

Na questão da saúde, o chamado complexo Bolsão União não possui nenhuma unidade de saúde, mas conta com duas próximas, a chamada Lote Iguaçu e a Alvorada, mas já existe uma área reservada para a construção de uma unidade interna. Os casos mais graves de patologia no local foram dois de leptospirose, isso devido às valas a céu aberto e à falta de esgoto encanado. Os moradores reclamam muito com a existência de roedores e insetos que se multiplicam em épocas quentes do ano.

Um dos projetos que está sendo realizado no local, com início em 2008, tendo como autor o presidente da Associação de Moradores do Jardim União, Senhor Altair Goes, é o Parque da Imigração Japonesa, que comemora os 100 anos da chegada dos imigrantes japoneses no Brasil. O referido parque está sendo construído em forma de leque japonês, tendo a Avenida das Torres como “cabo” e os lagos artificiais as 4 pontas do leque. O espaço contará com um Farol do Saber, artesanatos do Brasil e do Japão e com um espaço voltado à conscientização da questão ambiental, já que aquela área era uma APP, próxima ao Rio Iguaçu.

A Infraero contribuiu para a execução do parque desde o início, pois para eles é um projeto que solucionará alguns problemas. Como o projeto do parque está em uma área de chacareiros, vizinha do Aeroporto Internacional Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais, o movimento de animais, como os urubus, acaba ocasionando pane nas turbinas de aviões, ao serem sugados por elas, motivo pelo qual já houve colisão entre aviões.

O primeiro sistema de educação formal, no Jardim União, foi implantado em 2007, com a construção de uma creche pública para atender 150 crianças. Para a execução do projeto, 10 famílias que viviam naquela área precisaram ser retiradas do local. Assim, a COHAB-CT adotou essas famílias e as relocou para outra região loteada pela vila.

No Jardim União passa parte da malha ferroviária de Curitiba. Isso causava sérios problemas para várias famílias, que corriam vários riscos, pois as casas eram grudadas com o muro de contenção do trem. Assim, no ano de 2007, 22 lotes foram recolocados a alguns metros de distância da linha, fazendo com que houvesse um estreitamento das ruas anteriores.

Apesar de ser um lugar de carência em todos os âmbitos, o projeto da Fundação de Ação Social - FAS, criado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, quase não atua no local. A região conta com uma organização não governamental, cuja tradução do nome é “Força no Brasil 2002”. Essa organização é parceira da Associação de Moradores, dando apoio social às crianças, com projetos de contra-turno escolar e horto comunitário.

O Jardim União conta com a coleta de lixo em quase todas as ruas. O caminhão do lixo passa conforme a infra estrutura da via. O projeto “lixo que não é lixo”, realizado pela prefeitura do município, começou a funcionar no local no ano de 2009 e, todas às sextas-feiras, o caminhão passa para coletar o lixo reciclável das residências.

Com visitas realizadas em algumas moradias, pode-se relatar que a cultura da reciclagem do lixo ainda não está presente de forma tão vigorante como em outros lugares da cidade, já que a população carente, principalmente a ribeirinha, não tem grande acesso a informação, não tendo ideia da importância de tal ato.

Muitos dos moradores são carrinheiros e, embora o programa da prefeitura, que hoje conta com 21 barracões de reciclagem, ter sido implementado na vila, o barracão mais próximo para a venda do material reciclado é em um local vizinho, chamado Curva do Tomate. As pessoas que trabalham com a reciclagem recebem apenas um amparo social, participam de programas de inserção e trocam o material reciclado coletado por alimentos nas terças e sábados, programa municipal chamado Câmbio Verde.

Sabe-se que, as casas ainda não possuem registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis, e isso somente acontecerá quando a prefeitura terminar com o projeto de loteamento. Assim, a Terra Nova Regularizações Fundiárias Ltda, empresa contratada pela Associação de Moradores, está trabalhando na busca pela regularização da situação.

Estima-se que 340 famílias da Vila irão receber os documentos de propriedade dos lotes de onde moram e serão inseridas na cidade formal, essa que

era, até recentemente, uma das mais precárias ocupações da cidade, conhecida por acessos de violência e tráfico de drogas. Para tanto, a COHAB-CT precisou configurar os lotes às normas urbanísticas do município, tendo o aval da Secretaria Municipal de Urbanismo para o registro em cartório e, assim, as famílias já podem investir em suas residências com tranquilidade.

5 CONCLUSÃO

A análise da ocupação irregular de uma APP, na região do Jardim União proporcionou histórico de uma sociedade perante as necessidades básicas de moradia, saneamento básico e, em contrapartida às relevâncias com o meio ambiente, à preservação e à consciência ética e moral de ali se viver, nas principais formas das atividades antrópicas. Assim, pode se destacar as pressões que essas atividades podem exercer sobre o meio físico.

Consideram-se como exemplos de problemática as alterações relevantes para o meio ambiente, a ocupação sem uma gestão ambiental, desprovida de um planejamento urbano, contando apenas com a cultura dos invasores, que tentam preservar a qualidade de água das nascentes. Entretanto, mesmo sem a ocupação ribeirinha, os dejetos dos moradores acabam sendo desprezados no rio. A qualidade do solo já não é a mesma, pelos pisoteios da estrada e construções do sistema de pavimentação, e a cobertura vegetal foi reduzida a quase nada, já que a implantação dessas famílias influenciam na retirada da maioria da cobertura vegetal nativa.

Desse modo a comunidade fica exposta à ação de agentes naturais, como o de alagamentos, podendo acarretar em problemas de saúde pública, principalmente pela falta de esgoto.

Diante disso, os cursos d'água que integram a região passam a funcionar como receptores do rejeito humano, fato que contribui para assoreamento e outros fenômenos. Essa situação está presente em um dos rios observados, Rio Iguaçu, pois em seu interior verifica-se muita poluição, inclusive servindo de “descarga” para a companhia de saneamento local.

As ocupações irregulares causam danos ao natural e, assim, a humanidade. A demanda geográfica já não é suficiente para tantas pessoas, que acabam se

obrigando a ocupar áreas não destinadas a elas. Fato esse, que não justifica as questões de ocupação de APP, mas ameniza a culpa dos moradores que ali residem. Os programas e projetos sociais não chegaram ao alcance dessas pessoas que se sujeitaram a invadir tais áreas, fazendo com que aquele fosse seu meio de sobrevivência.

Acaba ocorrendo um uso indevido dos recursos hídricos da região, gerando poluição e comprometendo a qualidade de vida da comunidade. A paisagem é muito afetada, sendo assim, é fato que ocorra a degradação ambiental e paisagística por parte da ocupação irregular. Para tanto, existem as leis que disciplinam o uso e ocupação do solo na tentativa de minimizar os impactos ao meio ambiente.

Portanto, faz-se necessário mudanças de hábitos dos cidadãos para a contribuição na melhoria da qualidade de vida.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (organizadores). **A Questão Ambiental:** Diferentes abordagens. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DREW, David P. **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FALADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

LAYRARGUES, P. P. **A Cortina de Fumaça.** São Paulo: Annblume, 1998.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. **Sociedade e Meio Ambiente:** a Educação Ambiental em debate. São Paulo: Cotez, 2000.

MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. Brasília: 2002.

OLIVEIRA, Nilza Ap. **A percepção dos resíduos sólidos (lixo) de origem domiciliar no bairro Cajuru em Curitiba-Pr**: um olhar reflexivo a partir da educação ambiental. Curitiba: Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná, 2006

OLIVEIRA, Nilza Ap. **As alternativas para os resíduos sólidos em Curitiba – PR, e sua contribuição com a melhoria da qualidade**. Uberlândia: Caminhos da Geografia Uberlândia v.9, n. 26 Jun/2008.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/GEOGRAFIA/Dissertacoes/disser_lixo.pdf (Acesso em 14/07/2011 às 19h00).

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Uberaba_\(Curitiba\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Uberaba_(Curitiba)) (Acesso em 14/07/2011 às 20h00).

<http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?conteudo=380> (Acesso em 14/07/2011 às 21h00).

<http://www.ippu.pr.gov.br>, (Acesso em 14/07/2011 às 22h00).